



Comissão de Assuntos Europeus

---

Parecer  
**COM(2017)763**

**Relator:** Deputado  
Vitalino Canas (PS)

---

Recomendação de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza a abertura de negociações relativas a um Acordo de Parceria entre a União Europeia e os países do Grupo de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (COM (2017) 763)

## PARTE I – NOTA INTRODUTÓRIA

1 Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, e pela Lei n.º 18/2018, de 2 maio, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, bem como da Metodologia de escrutínio das iniciativas europeias, aprovada em 1 de março de 2016, a Comissão de Assuntos Europeus recebeu a Recomendação de Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações relativas a um Acordo de Parceria entre a União Europeia e os países do Grupo de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico [COM (2017) 763].

2 Atento o seu objeto, a presente iniciativa foi remetida à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, que a analisou e aprovou o respetivo Relatório que se anexa ao presente Parecer, dele fazendo parte integrante.

## PARTE II – CONSIDERANDOS

### 1. Contexto da Iniciativa

O Acordo de Cotonou é uma das componentes fundamentais da política externa europeia. De facto, o Acordo entre a UE e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) é o acordo de parceria mais abrangente entre países em desenvolvimento e a União Europeia, uma vez que cobre as relações com 79 países, incluindo 48 países subsaarianos.

O Acordo de Cotonou visa reduzir e, eventualmente, erradicar a pobreza e contribuir para a gradual integração dos países ACP na economia mundial. Os seus 3 pilares são a cooperação para o desenvolvimento, a cooperação económica e comercial e o diálogo político.

O Acordo foi adotado em 2000, tendo sido sujeito a duas revisões, em 2005 e 2010. Deverá ser substituído em 2020, ano em que a atual parceria expirará. Neste contexto, as instituições europeias bem como as dos países ACP deverão iniciar negociações com vista à adoção de um novo quadro de parceria.

## **2. Resultados da atual Parceria e Prioridades pós-2020**

O atual Acordo de Cotonou foi negociado há duas décadas. Na altura, a União Europeia era constituída por 15 Estados-Membros e o grupo ACP por 77 países. Dada a evolução institucional e as alterações no contexto geopolítico, o Acordo deve ser negociado tendo em conta o novo contexto e os novos desafios globais, em linha com os objetivos da Estratégia Global Europeia, bem como com base nas avaliações levadas a cabo aos resultados do Acordo.

No que respeita à área de desenvolvimento, as avaliações realizadas concluem que o apoio financeiro contribuiu efetivamente para a redução da pobreza e para a melhoria do acesso aos serviços de saúde e educação nos países ACP. No entanto, conclui-se que são necessárias melhorias, sobretudo no que respeita às políticas de educação em algumas regiões subsaarianas.

A componente política do Acordo é a que carece de maior eficácia. Os resultados das consultas demonstram que o instrumento de diálogo político previsto no Acordo não foi utilizado eficazmente no que respeita à promoção de interesses comuns e posições comuns nas instituições internacionais. O diálogo político ficou também aquém do esperado na melhoria do respeito pelos direitos humanos e pela democracia em certos países, por exemplo no que toca ao respeito pelos direitos das minorias e no reconhecimento do Tribunal Penal Internacional.

Na área da cooperação económica e comercial, as avaliações concluem que os fluxos comerciais entre a UE e os países ACP e entre as regiões ACP foram incrementados. As avaliações também concluíram que a integração económica

regional beneficiou da negociação dos acordos regionais de parceria económica<sup>1</sup>.

O resultado das consultas e da avaliação de impacto, que analisou os impactos de 4 cenários para o futuro da Parceria UE-ACP, concluiu que as negociações do acordo pós-2020 devem focar-se em manter um instrumento vinculativo num quadro global comum aos países ACP, combinado com 3 parcerias regionais para África, Caraíbas e Pacífico, respetivamente. Em termos de áreas prioritárias, espera-se que o futuro acordo se foque nas seguintes:

- Democracia e Direitos Humanos;
- Crescimento Económico e Investimento;
- Alterações Climáticas;
- Erradicação da pobreza;
- Paz e Segurança;
- Migração e Mobilidade.

A estrutura do Acordo será, assim, a seguinte<sup>2</sup>:

## ACORDO-QUADRO

### Parte 1. Disposições gerais

### Parte 2. Prioridades Comuns

Título I: Direitos Humanos, Liberdades Fundamentais, Democracia, Estado de Direito e boa governação

Título II: Desenvolvimento económico sustentável e inclusivo

Título III: Ambiente e Alterações Climáticas

Título IV: Paz, Segurança e Justiça

<sup>1</sup> Cf. Overview of Economic Partnership Agreements, DG Trade, junho 2018: [http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2009/september/tradoc\\_144912.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2009/september/tradoc_144912.pdf)

<sup>2</sup> Cf. "Le futur partenariat de l'Union européenne avec les pays d'Afrique, des Caraïbes et du Pacifique", EPRS, julho 2018: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/625111/EPRS\\_BRI\(2018\)625111\\_FR.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/625111/EPRS_BRI(2018)625111_FR.pdf)

Título V: Migração e Mobilidade

Título VI: Desenvolvimento humano e dignidade

**Parte 3. Cooperação Internacional**

Reforçar os mecanismos que regem a cooperação entre a EU e os países ACP no quadro das instituições internacionais. Nesta parte é prevista a possibilidade de envolver outros intervenientes.

**PACTOS REGIONAIS**

Pacto UE-África	Pacto UE-Caraíbas	Pacto UE-Pacífico
<p>A Estratégia EU-África será a base do pacto regional, com o objetivo de melhorar o diálogo político com a União Africana e tem em consideração as relações com países do Norte de África.</p> <p>Prioridades estratégicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Paz e estabilidade;</li> <li>• Democracia e boa governação;</li> <li>• Desenvolvimento económico sustentável e inclusivo;</li> <li>• Desenvolvimento humano;</li> <li>• Gestão das migrações e mobilidade;</li> <li>• Luta contra as alterações climáticas</li> </ul>	<p>Substitui a Estratégia UE-Caraíbas e tem em consideração as Regiões Ultraperiféricas e os Países e Territórios Ultramarinos da região.</p> <p>Prioridades estratégicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sustentabilidade ambiental e a gestão de catástrofes;</li> <li>• Economia do mar, energética e do turismo;</li> <li>• Luta contra a criminalidade;</li> <li>• Igualdade de género.</li> </ul>	<p>São sistematizadas as relações entre a UE e o Pacífico, tendo em consideração os Países e Territórios Ultramarinos da região.</p> <p>Prioridades Estratégicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão sustentável dos recursos e gestão de catástrofes;</li> <li>• Economia do mar, energética e do turismo;</li> <li>• Direitos humanos, prevenção dos conflitos e medidas relativas aos paraísos fiscais;</li> <li>• Desenvolvimento humano e coesão social.</li> </ul>

### COOPERAÇÃO DIVERSIFICADA

A União compromete-se a um montante adequado de cooperação para o desenvolvimento aos países que mais necessitam e a melhorar a sua eficácia.

Os países ACP comprometem-se a mobilizar os seus recursos públicos e privados e implementar as reformas das suas políticas fiscais, incluindo o combate aos fluxos financeiros ilícitos.

### QUADRO INSTITUCIONAL

Os Estados são os principais interlocutores da União, mas devem melhorar a participação dos parlamentos nacionais e das autoridades públicas locais.

Propõe-se reforçar o papel das organizações regionais e continentais, da sociedade civil e do sector privado.

A gestão de cada pacto regional ficará a cargo de um conselho regional. A gestão do Acordo-Quadro será confiada a um conselho ACP-UE, com o apoio de um comité de gestão.

### 3. Posição do Governo Português

No relatório de participação de Portugal na UE relativo a 2017<sup>3</sup>, consta o seguinte resumo da posição que Portugal tem adotado no Conselho relativamente ao futuro Acordo UE-ACP:

"Foi dado um novo impulso às reflexões e discussões que decorrem, desde 2015, sobre o futuro enquadramento para o relacionamento da UE com os países ACP.

<sup>3</sup> Relatório de Participação de Portugal na União Europeia 2017, pp. 296-297, [http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheActividadeParlamentar.aspx?BID=108278&ACT\\_TP=PUE](http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheActividadeParlamentar.aspx?BID=108278&ACT_TP=PUE)

Neste ano a discussão centrou-se nas três opções propostas na Comunicação conjunta, de novembro de 2016, “Uma Parceria Renovada com os Países de África, Caraíbas e Pacífico” com vista à renovação do Acordo de Parceria UE-ACP: (i) uma revisão profunda da parceria; (ii) a regionalização através de três parcerias separadas e (iii) uma parceria “chapéu” combinada com três pilares regionais.

Estas opções foram discutidas no Conselho Negócios Estrangeiros/Desenvolvimento de maio, permanecendo as diferenças de opinião entre os EM mas com a preferência da maioria a recair na opção (iii): uma parceria “chapéu”, juridicamente vinculativa (ao nível dos princípios e dos objetivos) combinada com três pilares regionais.

Portugal tem defendido esta opção, que permitirá responder à dimensão regional da parceria, ao mesmo tempo que preserva o “acquis de Cotonou”, nomeadamente no que diz respeito aos princípios e aos elementos essenciais, bem como a ligação aos APE, considerando que este formato é a melhor forma de se garantir uma parceria flexível que permitirá responder à dimensão regional e aos desafios globais.

Com base nesta opção, o Colégio de Comissários aprovou, a 12 de dezembro, a proposta de recomendação para abertura de negociações (mandato). De entre os aspetos mais controversos da recomendação, salienta-se a manutenção de uma parceria juridicamente vinculativa e a possibilidade de alargamento à participação e/ou adesão de outros países, com destaque para os do Norte de África.

Portugal tem defendido o carácter juridicamente vinculativo do Acordo e considerado que a possibilidade de alargamento deverá ser equacionada com as devidas cautelas, com base numa avaliação prévia das implicações políticas, jurídicas e financeiras, mas tendo em conta a posição do grupo ACP e preservando-se o quadro da Vizinhança no que diz respeito aos países do Norte de África.”.

#### 4. Princípio da subsidiariedade

Tal como refere a proposta “a ação a nível da UE tem um valor acrescentado, em termos de influência política e económica (...) e é particularmente indicada para construir alianças estratégicas com o grande número de membros da parceria”. Além disto, o acordo inclui áreas da competência exclusiva da União, como a política comercial. Desta forma, o princípio da subsidiariedade é respeitado.

#### PARTE III – PARECER

Em face dos considerandos expostos, a Comissão de Assuntos Europeus é de parecer que:

1. A presente iniciativa está conforme o princípio da subsidiariedade, uma vez que se trata de uma matéria em que a ação da União Europeia permite melhor alcançar os objetivos propostos.
2. Em relação à iniciativa em análise, o processo de escrutínio está concluído. No entanto, tendo em conta a importância da matéria em causa, a Comissão de Assuntos Europeus prosseguirá o acompanhamento do processo de negociação referente à presente iniciativa, nomeadamente através de troca de informação com o Governo.

Palácio de S. Bento, 4 de setembro de 2018

O Deputado Relator



(Vitalino Canas)

A Presidente da Comissão



(Regina Bastos)





Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Relatório

**COM (2017) 763 final**

**Autora:**  
Deputada Ângela Guerra

---

Recomendação de Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações relativas a um Acordo de Parceria entre a União Europeia e os países do Grupo de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico



**Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas**

---

**ÍNDICE**

**PARTE I – NOTA INTRODUTÓRIA**

**PARTE II – CONSIDERANDOS**

**PARTE III - OPINIÃO DA DEPUTADA AUTORA DO RELATÓRIO**

**PARTE IV- CONCLUSÕES**

## PARTE I – NOTA INTRODUTÓRIA

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006 de 25 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 21/2012 de 17 de maio, relativa ao “Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia”, a Comissão de Assuntos Europeus enviou à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas o “Recomendação de Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações relativas a um Acordo de Parceria entre a União Europeia e os países do Grupo de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico” (COM (2017) 763, atento o seu objeto, para efeitos de análise e elaboração do presente relatório.

## PARTE II – CONSIDERANDOS

### 1. Análise da Proposta

#### Contexto

Tal como é salientado nas exposição de motivos da iniciativa europeia que aqui se analisa esta tem por objetivo renovar o Acordo de Parceria com os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (Estados ACP). Na atualidade, estas relações regem-se pelo Acordo de Parceria de Cotonou (APC), o qual estabelece que as Partes devem iniciar negociações dezoito meses antes do termo da sua vigência, em fevereiro de 2020.

Assim, a proposta visa a celebração de um acordo global com os atuais 79 países signatários do APC, centrado na materialização de interesses tanto comuns como específicos da UE (por exemplo, migração, paz e segurança, investimento), que vá para

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

além da abordagem «universal» e que se afaste ainda mais da dinâmica doador-beneficiário.

Destaca a Comissão Europeia que “retirando ensinamentos dos resultados positivos e das deficiências do atual APC, tendo simultaneamente em conta a mudança de contexto e as atuais políticas da UE, e tendo assumido uma perspetiva de longo prazo para além de 2020, a UE identificou os interesses estratégicos globais a perseguir”, nomeadamente:

- 1) forjar uma parceria política centrada na consolidação de Estados e sociedades pacíficos, estáveis, bem governados, prósperos e resilientes;
- 2) acelerar os progressos com vista à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- 3) construir alianças eficazes nas instâncias internacionais com vista a fazer avançar a ação a nível mundial. Estes objetivos gerais traduzem-se em objetivos mais específicos para cada um dos domínios prioritários.

Assim, no respeito dos quadros regionais reforçados e das tendências que surgiram em África, nas Caraíbas e no Pacífico, o objetivo da Comissão Europeia passa por obter um novo acordo composto por três pactos regionais assentes numa base comum.

De acordo com a iniciativa que analisamos o centro de gravidade residirá nos pactos regionais, que definirão as prioridades específicas a nível regional dos países de África, das Caraíbas e do Pacífico. A base comum, aplicável a todos os membros da parceria, enumerará os objetivos, princípios e prioridades gerais, e permitirá uma maior cooperação a nível internacional.

Os pactos regionais constituirão protocolos do acordo, estabelecendo um quadro jurídico abrangente das relações entre a União Europeia e este grupo de países. Ao

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

mesmo tempo, o acordo permitirá uma adaptação flexível à evolução das circunstâncias, mediante a aplicação de um processo simplificado de revisão dos três pactos regionais. O reforço do papel das organizações (sub)regionais terá de ser reconhecido e considerado no âmbito da parceria, designadamente no que se refere à governação dos pactos regionais.

Ao mesmo tempo é salientado pela Comissão que esta parceria estará aberta a diferentes graus de participação ou adesão de outros países que partilhem os mesmos valores e contribuam para a consecução dos objetivos que se pretendam atingir. Importa salientar que este aspeto é particularmente relevante, por exemplo, para permitir o reforço da abordagem «África como uma entidade única», embora respeitando os acordos de associação bilaterais existentes com países do Norte de África.

Ao mesmo tempo o novo acordo procurará alcançar um reforço do papel da sociedade civil e do setor privado, não apenas no âmbito da parceria, mas também como intervenientes cruciais para alcançar um desenvolvimento sustentável inclusivo nos respetivos países e regiões.

Salienta a Comissão que o novo acordo global pretendido deverá enquadrar as relações com os países parceiros a todos os níveis políticos, nacional, (sub)regional ou ao nível da parceria, e que o nível nacional continua a ser o predominante, também à luz do princípio da subsidiariedade. À semelhança de outros acordos, não será limitado no tempo, mas prevê a possibilidade de denúncia por uma das Partes.

Acrescenta ainda que os países parceiros manifestaram a ambição de celebrar com a UE um acordo de parceria renovado e juridicamente vinculativo, a partir da base estabelecida no atual APC. Além disso, durante as missões de sensibilização, os países parceiros manifestaram, em termos gerais, a sua satisfação com a proposta de reforço da abordagem regional.

**Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas**

---

Nesse sentido e tal como é devidamente salientado na iniciativa europeia em apreço é assim do interesse da UE e dos parceiros que as negociações sejam concluídas a tempo de evitar um vazio político após 2020 e para tal é necessário constituir uma equipa negocial, composta pela Comissão e pela Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. Essa equipa negocial, de acordo com a iniciativa, deve ser liderada pela Comissão, em associação com a Alta Representante. Mais concretamente, além dos serviços competentes da Comissão, a equipa negocial incluirá também o Serviço Europeu para a Ação Externa.

Finalmente, importa referir que a a Alta Representante/Vice-Presidente, de acordo com o disposto no artigo 18.º n.º 4 do Tratado da União Europeia, deverá assegurar a coerência e a coordenação da ação externa da União em relação a estas negociações.

### **Análise da Iniciativa**

A atual proposta prevê a adoção de um acordo com as seguintes componentes principais:

- Uma parte geral, aplicável a todos os membros da parceria, constituída pela base (incluindo os grandes objetivos e princípios gerais, as prioridades estratégicas e disposições em matéria de cooperação internacional), o quadro institucional, as modalidades de cooperação e as disposições finais.
- Pactos regionais distintos, incluindo os objetivos e prioridades específicos para os países de África, das Caraíbas e do Pacífico, respetivamente. Estes três pactos, sob a forma de protocolos anexos à parte geral do acordo, substituirão as parcerias regionais existentes.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

A Parte 1 (Disposições gerais) enuncia os objetivos e princípios gerais. O principal objetivo consiste na adoção de um acordo-quadro, centrado na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que permita à UE afirmar os seus interesses estratégicos. São introduzidos três objetivos gerais, seguidamente desenvolvidos em seis domínios prioritários. A cooperação internacional é uma prioridade tratada separadamente. A secção relativa aos princípios reflete as normas amplamente estabelecidas no domínio das relações externas da UE, bem como no da cooperação internacional: multilateralismo, abordagens envolvendo as várias partes interessadas, complementaridade, subsidiariedade e responsabilização recíproca. É ainda, dada especial atenção ao diálogo político e à coerência das políticas para o desenvolvimento.

A Parte 2 (*Prioridades comuns*) explana os seis domínios prioritários. As secções sobre «Direitos humanos, liberdades fundamentais, democracia, Estado de direito e boa governação» (título I), «Paz, segurança e justiça» (título IV), «Migração e mobilidade» (título V) baseiam-se no APC e são coerentes com as disposições existentes no domínio das relações externas da UE. Mais especificamente, adotando uma abordagem baseada nos direitos humanos e realçando os aspetos positivos da boa gestão da migração, a secção sobre esta última insta os países parceiros a criarem mecanismos mais eficazes para as políticas de regresso e de readmissão. As secções sobre «Desenvolvimento económico sustentável inclusivo» (título II), «Ambiente e alterações climáticas» (título III) e «Desenvolvimento humano e dignidade» (título VI) introduzem algumas alterações significativas em relação ao APC, sobretudo devido à adoção da Agenda 2030. Neste sentido, as Partes assumem um firme compromisso de tomar medidas concretas para atingir os ODS, e, sempre que possível, ir mais além. É dada grande ênfase ao investimento direto estrangeiro e ao desenvolvimento do setor privado, com vista à criação de novas oportunidades económicas e de mais e melhores postos de trabalho para todos.

A *Parte 3 (Cooperação internacional)* apresenta os princípios e mecanismos subjacentes à ação da UE e dos membros da parceria sempre que procurarem cooperar na cena internacional. Para obter resultados, haverá que reforçar ou instituir reuniões ministeriais e os mecanismos específicos de coordenação no quadro dos principais fóruns e organizações internacionais. É igualmente prevista a possibilidade de envolver outros intervenientes interessados.

### **Pacto UE-África**

A secção 1 (Base de cooperação) apresenta os objetivos e princípios do Pacto UE-África, que vão para além e integram a Parceria Conjunta África-UE existente. O objetivo passa por reforçar a dimensão política das relações entre a UE e os países africanos através da aprovação de um novo e único documento de referência alargado e da sua operacionalização no quadro jurídico da parceria renovada com os países da África subsariana, preservando simultaneamente os atuais acordos de associação com os países do Norte de África.

A secção 2 (Prioridades estratégicas) identifica um conjunto de medidas concretas a tomar pela UE e pelos países africanos nos seis domínios prioritários. São introduzidas algumas alterações significativas no que toca ao «Desenvolvimento económico sustentável inclusivo» (título III) e à «Mobilidade e migração» (título V). No que respeita ao desenvolvimento económico, a atual proposta recomenda uma série de ações sobre vetores fundamentais tidos como propiciadores de um acréscimo dos fluxos de investimento e do desenvolvimento do setor privado. Quanto à migração, a atual proposta salienta o contributo positivo que a mobilidade legal pode dar aos países de origem e de acolhimento, mas prevê também mecanismos mais apertados para garantir uma resposta mais célere dos países envolvidos aos pedidos de readmissão, assim como disposições para intensificar a cooperação em matéria de gestão das fronteiras e luta contra o tráfico de seres humanos. O Pacto UE-África enumera também uma série de



**Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas**

---

medidas concretas nos domínios da paz e da segurança, nomeadamente a luta contra o terrorismo (título I), «Direitos humanos e governação democrática» (título II), «Desenvolvimento humano e dignidade» (título IV) e «Alterações climáticas e sustentabilidade ambiental» (título VI). Tais medidas visam, naturalmente, a consecução dos ODS, mas integram também as visões apresentadas pela UE e pela UA nos seus documentos estratégicos mais recentes (Agenda 2063 para África; Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia, e Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento).

A estrutura institucional do Pacto UE-África está alicerçada num quadro revisto, que tem por base principal as plataformas de diálogo existentes e atribui um papel de maior destaque à União Africana (UA).

**Pacto UE-Caraíbas**

A secção 1 (Base de cooperação) apresenta os objetivos e princípios do Pacto UE-Caraíbas, que tem por base e substitui a Estratégia Comum para a Parceria Caraíbas-UE. Aspeto importante, reconhece os estreitos laços dos países das Caraíbas com as regiões ultraperiféricas (RUP) e os países e territórios ultramarinos (PTU).

A secção 2 (Prioridades estratégicas) identifica um rol de medidas concretas a tomar pela UE e pelos países das Caraíbas nos quatro domínios prioritários. Salientando a importância fundamental da cooperação regional, o enfoque recairá sobre quatro questões: impacto das alterações climáticas sobre os recursos naturais, dando-se especial atenção à sustentabilidade ambiental e à gestão de catástrofes (título I); necessidade de concentrar os esforços em setores estratégicos fundamentais, ligados ao crescimento azul, à energia e ao turismo (título II); promoção da segurança humana, com especial ênfase na criminalidade organizada e na violência (de género e de bandos),

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

e criação de mecanismos no domínio da política fiscal em conformidade com as normas mundiais (título III); desigualdade e igualdade de género, bem como a situação específica do Haiti enquanto único PMD da região (título IV).

A estrutura institucional do Pacto UE-Caraíbas está alicerçada num quadro institucional revisto (abordado na parte III da Parte geral), tendo por base principal as plataformas de diálogo existentes.

### **Pacto UE-Pacífico**

A secção 1 (Base de cooperação) apresenta os objetivos e princípios do novo Pacto UE-Pacífico. Igualmente importante, reconhece as relações especiais da UE com os países e territórios ultramarinos (PTU).

A secção 2 (Prioridades estratégicas) identifica um rol de medidas concretas a tomar pela UE e pelos países do Pacífico nos quatro domínios prioritários. Refletindo as especificidades da região e tendo em conta a importância fundamental da cooperação regional, colocará a tónica em quatro questões: alterações climáticas e gestão sustentável dos recursos naturais, incluindo a governação dos oceanos e a gestão de catástrofes (título I); um número específico de setores estratégicos, nomeadamente as pescas, a energia sustentável, a economia do crescimento azul e o turismo (título II); atividades de promoção dos direitos humanos e de prevenção de conflitos, e criação de mecanismos em matéria de políticas fiscais, incluindo a questão dos paraísos fiscais (título III); desenvolvimento humano e coesão social, visando diferentes tipos de vulnerabilidades (título IV).

A estrutura institucional do Pacto UE-Pacífico está alicerçada num quadro institucional revisto (abordado na parte III da Parte geral), tendo por base principal as plataformas de diálogo existentes.

### **Cooperação diversificada**

Esta parte é consagrada às modalidades de cooperação, tanto financeiras como não financeiras, para atingir os objetivos gerais e específicos estabelecidos na base e nos três pactos. Afirma-se que a cooperação deve ser diversificada de forma a refletir a variedade de circunstâncias dos diferentes países e regiões. É reiterado o compromisso da UE de disponibilizar um montante adequado de assistência ao desenvolvimento aos mais necessitados e de melhorar a sua eficácia em conformidade com os princípios acordados a nível internacional.

De igual modo, é realçada a necessidade de os países ACP mobilizarem recursos internos públicos e privados e lançarem reformas das suas políticas fiscais, incluindo nelas o combate aos fluxos financeiros ilícitos. A UE procurará também ser mais eficaz nas relações com os países de rendimento médio (PRM), a fim de combater as suas vulnerabilidades e desigualdades internas e, ao mesmo tempo, criar novas oportunidades para as empresas e cidadãos da UE e promover a cooperação com vista à realização dos ODS, tanto nas respetivas regiões como a nível mundial.

### **Quadro institucional**

Esta parte trata dos intervenientes na parceria e da estrutura institucional, tanto ao nível da parceria como dos três pactos. Em termos de intervenientes, reitera-se que os Estados são os principais interlocutores da UE, embora os governos nacionais tenham de envidar esforços acrescidos no sentido de melhorar a participação dos parlamentos nacionais e das autoridades públicas locais. Ao mesmo tempo, propõe-se o reforço do papel das organizações regionais e continentais, tanto na gestão como na aplicação dos três pactos regionais. Propõe-se igualmente reforçar o papel da sociedade civil e do setor privado, não só no âmbito da parceria, mas também como intervenientes fundamentais para alcançar um desenvolvimento sustentável inclusivo nos respetivos países e regiões. A nova estrutura institucional reflete o reforço do carácter político da

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

parceria, bem como a deslocação do centro de gravidade para as três regiões. Simplifica e reduz o impacto operacional das estruturas existentes e baseia-se principalmente nas plataformas de diálogo político regional existentes.

**Aspetos processuais**

A Comissão publica a presente recomendação e o seu anexo imediatamente após a sua adoção. A Comissão recomenda que as diretrizes de negociação sejam tornadas públicas imediatamente após a sua adoção.

**PARTE III - OPINIÃO DA DEPUTADA AUTORA DO RELATÓRIO**

O Acordo de Cotonou tem sido a base da parceria entre a União Europeia (UE), os países da UE e 79 países de três continentes, que abrangem os estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP).

O Acordo tem por objetivo reduzir a pobreza tendo em vista a sua erradicação, apoiar o desenvolvimento económico, cultural e social sustentável dos países parceiros e facilitar a integração progressiva das suas economias na economia mundial.

Ora, como foi dito anteriormente, o Acordo de Cotonou tem de ser revisto até 2020 e é isso que justifica esta proposta da Comissão que vai no sentido do estabelecimento de um novo acordo que permita continuar o relacionamento entre a União Europeia e estes países de uma forma construtiva.

Este é, assim, um Acordo fundamental para a União Europeia e, por conseguinte, também para Portugal.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

**PARTE IV- CONCLUSÕES**

Em face do exposto, a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas conclui o seguinte:

1. A Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas dá por concluída a análise da COM (2017) 763 Final, devendo o presente relatório ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus para os efeitos tidos como convenientes.

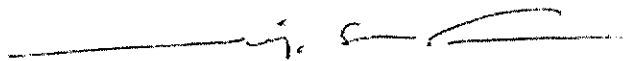
Palácio de S. Bento, 12 de junho de 2018

**A Deputada Autora do Relatório**



**(Ângela Guerra)**

**O Presidente da Comissão**



**(Sérgio Sousa Pinto)**